

Mais uma vitória de Mário Covas

10 ABR 1987

p 5

Depois de um longo dia de votações e discursos, finalmente a Comissão de Sistematização foi instalada ontem com a eleição, às 20h30, do presidente, senador Afonso Arinos, do vice-presidente, deputado Aluísio Campos (PMDB-PB) e do segundo vice-presidente, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), e indicação do relator, deputado Bernardo Cabral.

O ex-líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), teve um dia infeliz ontem: depois de empatar com Bernardo Cabral com 86 votos na primeira votação, perdeu para ele no segundo escrutínio por 21 votos. Retirado do plenário e cercado pelos amigos no seu gabinete, Pimenta da Veiga não quis aceitar a indicação feita pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, para ser o primeiro vice-presidente.

Um abaixo-assinado com 40 nomes correu, à tarde, em favor da candidatura de Pimenta da Veiga, e ele aceitou: foi novamente derrotado, desta vez pelo deputado Aluísio Campos, por 58 votos a 35. Depois do resultado, o líder Mário Covas subiu à tribuna para lamentar a quebra de acordo em torno do nome do ex-líder do PMDB na Câmara, e assumiu o ônus da derrota, afirmando que a eleição fora feita à revelia de Pimenta da Veiga. Aluísio Campos negou-se a atribuir a derrota a Covas ou Pimenta e convidou o ex-líder do PMDB na Câmara para colaborar nos trabalhos da Comissão.

O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) analisou a derrota de Pimenta da Veiga como mais uma traição política, da qual participaram membros do próprio partido e de outros que fizeram acordo.

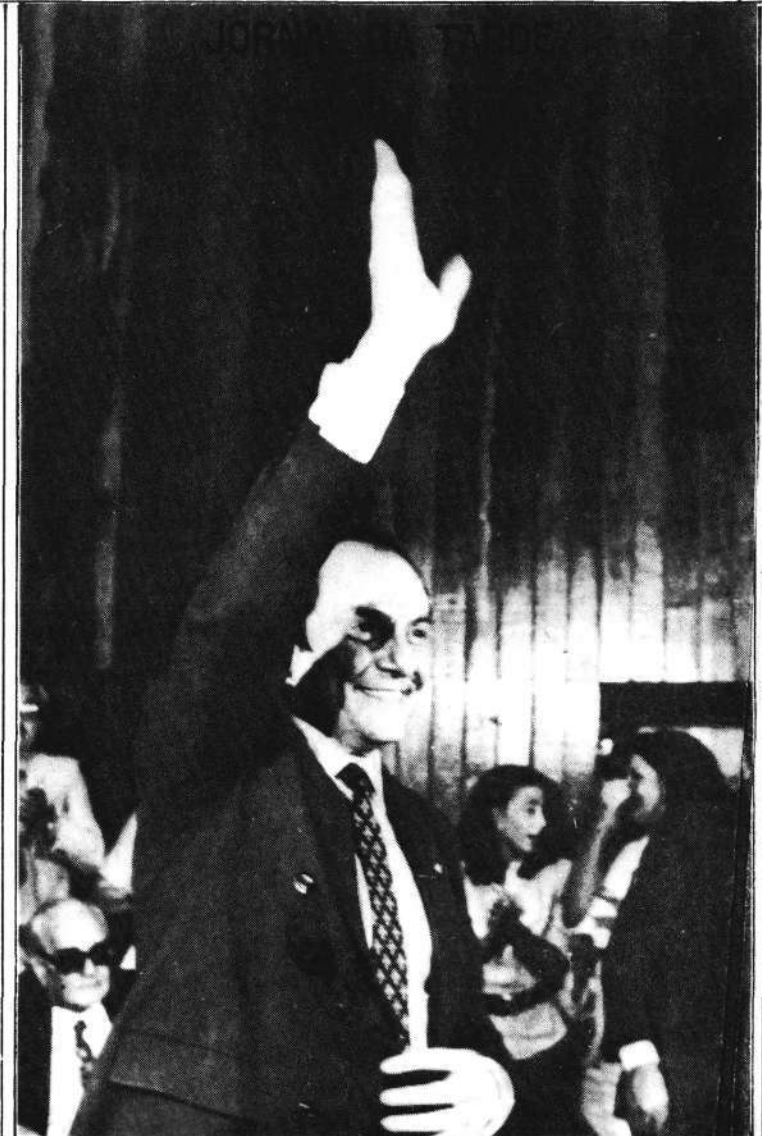
Já o ex-líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos (MG), disse que não houve traição: "Isso, em minha terra, quer dizer que o sujeito, depois do tombo, ainda levou um coice".

O líder

Pela manhã, o líder Mário Covas procurou manter-se, aparentemente, equidistante na disputa entre o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Bernardo Cabral e Pimenta da Veiga, pelo cargo de relator. Ao tomar conhecimento do resultado, Covas disse que o importante daqui para a frente, é que o trabalho da Constituinte deslanche, pois "o povo vai nos julgar pelo cumprimento ou não do prazo".

Sabe-se, porém, que a eleição de Cabral representou mais uma vitória do líder Mário Covas — que não pôde assumi-la publicamente para não criar problemas regionais com o senador Fernando Henrique — e do senador José Richa, que trabalhou incessantemente desde domingo pela eleição de Cabral.

O presidente eleito da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, assistiu ao lado da esposa, quase sempre em silêncio, aos inúmeros discursos e ao lento processo de votação do qual saiu com 74 dos 86 votos (12 constituintes votaram em branco). Em seu discurso, salientou: "Não tenho planos, tenho esperanças". A afirmação foi interpretada como uma crítica velada à reserva com que a maioria dos constituintes tem tratado o anteprojeto da Comissão Constitucional, anteriormente presidida por ele.



O PMDB precisou de duas votações para poder definir o deputado amazonense Bernardo Cabral como relator da Comissão de Sistematização. Ele disse, porém, que se não houvesse disputa, mas indicação, a sua situação seria fácil, pelos laços de amizade que o ligam a Mário Covas: juntos, pelo AI-5, os dois foram cassados em janeiro de 1969, quando Covas era líder e ele o

Duas votações. E Cabral é o relator.

primeiro vice-líder do MDB na Câmara. Satisfeito com o resultado, ontem ele disse: "Essa foi minha sétima disputa, e a minha sétima vitória". Cabral, que passou quase 20 anos fora do Congresso, chegou à presidência da OAB, tendo exercido o cargo no período 1981-82. Identificado

por posições democráticas firmes, mas sem excessos demagógicos, Cabral é considerado um político de tendência centro-esquerda. Como relator, pretende levar à frente um trabalho sério, "que não sofra pressões externas de quem quer que seja e que enfrente os lobbies de grupos ou entidades". Quanto à Constituinte, "ela pode tudo, mas não deve prefixar o mandato do presidente Sarney".

Arinos vence. Na companhia de Machado de Assis.

Enquanto numerosos constituintes toram a luta em busca de cargos, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) nada postulou, ficou tora de reuniões e conchavos e, literalmente, quieto no seu canto, ganhou a presidência da Comissão de Sistematização, a mais importante e disputada de todas. "Achei natural", comentou. A falta de gosto pela multidão, o barulho e confronto oratório vem levando Afonso Arinos a um confinamento em seu gabinete no Senado. A Constituinte até agora simplesmente não o interessou e, por isso mesmo, vem aproveitando seu período inicial para reler Machado de Assis, e conhecer melhor Guilherme Merquior e Gore Vidal. Fora disso, preparou, a pedido do líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, um trabalho de 50 páginas sobre o parlamentarismo, sistema de governo de sua preferência. Ano passado, para conquistar o mandato de senador, depois de 20 anos atastado do Congresso — foi líder da UDN — nouve um paralelismo. O presidente Sarney solicitou ao deputado Rubem Medina (PFL-RJ) que armasse a candidatura para techar a Aliança Democrática no Rio. Depois do lançamento, com muita pompa, Arinos permaneceu em casa. Não pisou em palanque, não talou em comício, e acabou chamado de "garoto de Ipanema", aos 81 anos, pois recebeu quase 50% dos votos do bairro: "O fio dental ficou comigo", contou rindo. Agora, como presidente, circulará, e já pensa em buscar seu amigo Ulysses Guimarães para os entendimentos.



Eles querem prazos maior

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniu ontem presidentes e relatores das comissões e subcomissões constitucionais para pedir pressa e "o máximo de empenho" no cumprimento dos prazos estabelecidos no regimento interno. Mas acabou ouvindo o pedido de prorrogação, por 40 dias, dos trabalhos dessas comissões e subcomissões. Segundo a proposta do deputado Jorge Arbage (PMDB-BA), a nova Carta seria promulgada dia 25 de dezembro próximo e será formada uma comissão para elaborar projeto de resolução alterando os prazos do regimento interno.

Ulysses também comunicou ao plenário que a questão do papel das Forças Armadas será tratada pela subcomissão de defesa do Estado e não mais pela subcomissão do Poder Executivo. E com isso suscitou enérgicos protestos do PDT, PC do B e PT, levando o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) a afirmar que isso "é um achincalhe. Nós nos preparamos para discutir a questão na subcomissão do Poder Executivo e agora ficamos sabendo que a discussão vai travar-se na área de uma comissão que tem por relator o deputado Prisco Viana (ex-PDS e ex-malufista) e por presidente o coronel Jarbas Passarinho".

Prazo

Ulysses bem que tentou con-

vencer os parlamentares sobre o "compromisso absoluto" de se entregar a nova Carta até 15 de novembro; pediu até que trabalhassem aos sábados e domingos. Mas de nada adiantou. O deputado José Costa (PMDB-AL), relator da subcomissão de organização do Judiciário, argumentou, por exemplo, que pelo prazo atual do regimento as subcomissões terão apenas 27 dias úteis para elaborar seus pareceres, insuficientes, segundo ele. Enquanto o presidente da subcomissão de organização do Estado, José Thomaz Nonô, dizia que "a virgindade do regimento foi rompida pelo próprio PMDB, que por problemas internos atrasou a instalação das comissões".

O atraso da Constituinte não se deve, porém, apenas ao atraso na instalação das comissões e subcomissões. A verdade é que grande parte delas, apesar de instaladas, não conseguem quórum para se reunir ou se perdem em discussões paralelas e inconseqüentes. O desinteresse é tal que, depois de convocar para ontem uma reunião com os membros da subcomissão das minorias, sem obter quórum, seu presidente, o deputado Ivo Lech, decidiu pela mudança de seus integrantes.

O atraso é tanto que o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, — não acredita em promulgação da nova Constituição an-

tes de dois anos, enquanto o presidente do PFL e líder desse partido, respectivamente Maurício Campos e José Lourenço, previram que a nova Carta só sai em 1988.

Mais otimista, no entanto, o líder do PCB, Roberto Freire, afirmou que "se a gente quiser trabalhar, termina no prazo", mesmo porque, argumentou, está em risco a credibilidade das instituições democráticas. A mesma opinião foi manifestada pelo deputado Konder Reis (PDS-SC). "É inexplicável; o desgaste é brutal", afirmou.

Enquanto isso, cresce a polêmica em torno do item comunicações. A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, por exemplo, lançou uma campanha pela democratização dos meios de comunicação, durante ato público, perto do Congresso. Ulysses Guimarães passou por lá e ouviu críticas do presidente de Fenaj, Armando Rolemberg, contra o "tráfico de influência" na concessão de canais de emissoras de rádio e tevê.

O mesmo assunto foi tema de discurso do deputado Luís Inácio Lula da Silva, que denunciou "a imoralidade" nas concessões, acusando diretamente o presidente José Sarney e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Reclamando que o movimento sindical continua sem acesso aos canais de rádio e tevê.